



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados: Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016. **NOSSO DESEMPENHO:**

- Prêmios emitidos:** Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2017 R\$ 2,8 bilhões, aumento de R\$ 143,6 milhões ou 5,4% em relação ao ano anterior.
- Despesas administrativas:** Em 2017, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 10,5%, com aumento de 0,6 pontos percentuais em relação ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores.
- Resultado financeiro:** As receitas financeiras totalizaram em 2017 R\$ 221,0 milhões, com redução de R\$ 57,7 milhões, ou 20,7% em relação ao ano de 2016, devido à redução nas outras receitas financeiras em R\$ 9,7 milhões, ou 11,0% e nas receitas com aplicações financeiras em R\$ 48,0 milhões, ou 25,3%. As despesas financeiras totalizaram em 2017 R\$ 57,5 milhões, com aumento de R\$ 24,3 milhões, ou 73,2% em relação ao ano anterior.
- Índice combinado:** O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2017 foi de 96,5%, redução de 3,8 pontos percentuais em relação aos 100,3% do ano anterior. Esta variação decorre, da redução de 4,4 pontos percentuais

no índice de sinistralidade, despesas com comercialização, outras receitas e despesas operacionais e de despesas com tributos, compensado pelo aumento de 0,6 pontos percentuais no índice de despesas administrativas. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2017 foi de 90,4%, redução de 0,6 pontos percentuais em relação aos 91,0% do ano anterior.

- Lucro líquido e por ação e grupamento de ações:** O lucro líquido totalizou em 2017 R\$ 162,6 milhões, registrando aumento de R\$ 15,8 milhões ou 10,8% em relação a 2016. O lucro por ação foi de R\$ 113,173,97 em 2017 e R\$ 5,67 em 2016. Foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2017, o grupamento da totalidade das atuais 25.866.978 (vinte e cinco milhões, oitocentas e sessenta e seis mil, novecentas e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 18.000 (dezoito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de acordo com o artigo 12 da Lei 6.404/76, sem modificação do capital social, visando reduzir custos administrativos e operacionais da Companhia, e melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações.
- DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS:** De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.
- AMBIENTE ECONÔMICO:** O ano de 2017 foi marcado pela continuidade do processo de desinflação, iniciado no ano anterior, e que culminou com uma variação do IPCA de 2,95%, abaixo do limite inferior do intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual em torno da meta de 4,5% ao

ano. A atividade econômica mostrou sinais de recuperação, principalmente pela retomada do consumo das famílias e pela queda expressiva da taxa básica de juros (SELIC), que alcançou ao final de 2017 seu menor patamar histórico. No cenário político, merece destaque o avanço de pautas econômicas importantes, tais como a criação da TLP, que substituirá gradualmente a TJLP ao longo dos próximos cinco anos, bem como a aprovação da chamada Reforma Trabalhista. Por outro lado, o ano terminou sem a aprovação da Reforma Previdenciária, passo importante para solução do significativo desequilíbrio fiscal e ainda, com incertezas em função da sucessão política, sobretudo quanto à eleição presidencial de outubro de 2018. A indústria de seguros, por sua vez, apresentou crescimento de 6% em 2017 (prêmios de seguro, segundo a SUSEP), principalmente devido ao mercado de automóveis ter mostrado sinais de recuperação, com aumento de 9% na venda de veículos novos (vs. 2016). A sinistralidade observada no geral teve crescimento, pressionada pela deterioração das condições econômicas e sociais do país. Para 2018, espera-se a continuidade da estabilização da taxa SELIC e da inflação e deverá marcar a consolidação da retomada do crescimento econômico, melhorando as oportunidades para o setor e para a Companhia. **AGRADECIMENTOS:** Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2018

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Circulante		1.931.154	1.884.493	Circulante		1.790.918	1.739.074
Disponível		22.116	18.038	Contas a pagar		127.832	139.304
Caixa e bancos		22.116	18.038	Obrigações a pagar	14.1	48.728	80.422
Equivalentes de caixa		109.317	86.673	Impostos e encargos sociais a recolher	14.2	54.697	49.443
Aplicações	6	844.215	917.867	Encargos trabalhistas		3.348	3.147
Créditos das operações com seguros e resseguros	7	684.988	586.043	Impostos e contribuições		19.070	4.320
Prêmios a receber	8.1	684.617	585.999	Outras contas a pagar		1.989	1.972
Operações com seguradoras		342	-	Débitos de operações com seguros e resseguros		79.310	75.117
Operações com resseguradoras		29	44	Prêmios a restituir		145	148
Outros créditos operacionais		3.335	17.467	Operações com resseguradoras		-	2
Ativos de resseguro - provisões técnicas	17.1	3.732	1.827	Corretores de seguros e resseguros	15	69.829	62.987
Títulos e créditos a receber		4.227	6.195	Outros débitos operacionais		9.336	11.980
Títulos e créditos a receber		1.298	1.252	Depósitos de terceiros	16	3.865	2.491
Créditos tributários e previdenciários		2.679	4.752	Provisões técnicas - seguros	17	1.579.911	1.522.162
Outros créditos		250	191	Danos		1.579.156	1.521.057
Outros valores e bens	11	23.059	25.215	Pessoas		755	1.105
Bens à venda		22.582	24.608	Não circulante		364.889	258.743
Outros valores		477	607	Contas a pagar		23.921	12.607
Despesas antecipadas		1.789	3.725	Obrigações a pagar	14.1	2.076	2.001
Custos de aquisição diferidos	12	234.376	221.443	Tributos diferidos	9.2.2	21.845	10.606
Seguros		234.376	221.443	Provisões técnicas - seguros	17	271.232	155.138
Não circulante		978.827	819.059	Danos		269.070	154.647
Realizável a longo prazo		656.011	501.333	Pessoas		2.162	491
Aplicações	7	518.264	348.352	Outros débitos		69.736	90.998
Outros créditos operacionais		1.582	2.172	Provisões judiciais	18	69.736	90.998
Títulos e créditos a receber		127.709	141.207	Patrimônio líquido	19	754.174	705.735
Títulos e créditos a receber		209	209	Capital social	19.a	486.276	486.276
Créditos tributários e previdenciários	9.1	47.232	43.297	Aumento de capital (em aprovação)	19.a	21.199	-
Depósitos judiciais e fiscais	10	77.166	94.858	Reservas de reavaliação	19.c	3.001	3.086
Outros créditos		3.102	2.843	Reservas de lucros	19.d	229.747	215.456
Outros valores e bens	11	8.326	8.708	Ajustes de avaliação patrimonial	19.b	13.951	917
Despesas antecipadas		130	894				
Investimentos		8.709	8.940				
Participações societárias		351	387				
Imóveis destinados à renda		8.358	8.553				
Imobilizado	13	300.536	304.023				
Imóveis de uso próprio		295.406	298.300				
Bens móveis		4.506	5.120				
Outras imobilizações		624	603				
Intangível		13.571	4.763				
Outros intangíveis		13.571	4.763				
Total ativo		2.909.981	2.703.552	Total do passivo e patrimônio líquido		2.909.981	2.703.552

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Prêmios emitidos	20	2.807.259	2.663.630
Variações das provisões técnicas de prêmios	21	(133.347)	(24.816)
Prêmios ganhos	20	2.673.912	2.638.814
Recetas com emissão de apólices		5.561	5.553
Sinistros ocorridos	22	(1.631.292)	(1.674.056)
Costos de aquisição	23	(487.970)	(491.479)
Outras receitas e despesas operacionais	24	(123.311)	(162.978)
Resultado com resseguro		(712)	120
Recetas com resseguro		-	120
Despesa com resseguro		(712)	-
Despesas administrativas	25	(280.758)	(261.784)
Despesas com tributos	26	(57.857)	(58.151)
Resultado financeiro	27	163.482	245.572
Resultado patrimonial		3.473	3.526
Resultado operacional		264.528	245.137
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		(45)	1.042
Resultado antes dos impostos e participações	9.3	264.483	246.179
Imposto de renda	9.3	(43.659)	(43.701)
Contribuição social	9.3	(39.824)	(35.100)
Participações sobre o lucro		(18.369)	(20.596)
Lucro líquido do exercício		162.631	146.782
Quantidade de ações	19.a	1.437	25.866.978
Lucro líquido por ação - R\$		113.173,97	5,67

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Lucro líquido do exercício	162.631	146.782
Outros resultados abrangentes	13.034	9.010
Ajustes de títulos e valores mobiliários	23.502	16.439
Efeitos tributários	(10.576)	(7.398)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	179	(51)
Efeitos tributários	(71)	20
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido dos efeitos tributários	175.665	155.792

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	162.631	146.782
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	5.782	5.440
Perda/Reversão de perdas por redução ao valor recuperável dos ativos	2.767	1.935
Perda/Ganho na alienação de imobilizado e intangível	44	(1.047)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(27)
Outros ajustes	13.034	8.998
Varição nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(96.260)	(83.697)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(101.712)	(21.125)
Ativos de resseguro	(1.905)	(194)
Créditos fiscais e previdenciários	377	(5.575)
Ativo fiscal diferido	(2.239)	11.308
Depósitos judiciais e fiscais	17.692	(8.416)
Despesas antecipadas	2.700	(908)
Custos de aquisição diferidos	(12.933)	(2.036)
Outros ativos	16.896	(3.971)
Impostos e contribuições	86.744	78.483
Outras contas a pagar	(14.908)	(5.963)
Débitos de operações com seguros e resseguros	4.193	(12.789)
Depósitos de terceiros	1.374	1.036
Provisões técnicas - seguros e resseguros	173.843	115.744
Provisões judiciais	(21.262)	5.921
Caixa líquido gerado nas operações	236.864	229.899
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	30	148
Imposto sobre o lucro pago	(71.994)	(85.843)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	164.900	144.204
Atividades de investimento		
Recebimento pela venda:		
Investimentos	24	3
Imobilizado	-	6.346
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(1.654)	(4.266)
Intangível	(9.322)	(2.369)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(10.952)	(286)
Atividades de financiamento		
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(127.226)	(105.900)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(127.226)	(105.900)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	26.722	38.018
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	104.711	66.693
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	131.433	104.711

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias: (i) **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado** - Títulos para negociação: São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. (ii) **Títulos disponíveis para venda:** São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). (iii) **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6.1). (b) **Determinação de valor justo de ativos financeiros:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares,

continua →

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais, exceto para informação sobre dividendos por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reserva de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial/Outros	Lucros acumulados	Total
Saldos finais em 31 de dezembro de 2015		488.173	(1.897)	3.172	174.488	(8.093)	-	655.843
Redução de capital:								
Portaria SUSEP nº 14 de 28/06/2016	19.a	(1.897)	1.897	-	-	-	-	-
Reserva de reavaliação:								
Realização parcial por depreciação	19.c	-	-	(86)	-	-	86	-
Ajustes de avaliação patrimonial	19.b	-	-	-	-	9.010	-	9.010
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	146.782	146.782
Destinação do lucro líquido do exercício:								
Reserva legal	19.d	-	-	-	7.339	-	(7.339)	-
Reservas estatutárias	19.d	-	-	-	33.629	-	(33.629)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (JCP)	19.e	-	-	-	-	-	(42.307)	(42.307)
Dividendos/JCP intermediários	19.e	-	-	-	-	-	(63.593)	(63.593)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2016		486.276	-	3.086	215.456	917	-	705.735
Aumento de capital:								
Aumento de capital em aprovação - AGE de 31/07/2017	19.a	-	21.199	-	-	-	-	21.199
Reserva de reavaliação:								
Realização parcial por depreciação	19.c	-	-	(85)	-	-	85	-
Ajustes de avaliação patrimonial	19.b	-	-	-	-	13.034	-	13.034
Luc								



continuação

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11

Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia: • Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. • Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos. **2.5 Ativo de resseguro:** Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração disputas e casos específicos que são analisados pela Administração quanto à documentação e ao trâmite do processo de recuperação com os resseguradores. **2.6 Análise de recuperação de ativos ("impairment"):** **2.6.1 Empréstimos e recebíveis (Clientes):** Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Caso um ativo financeiro seja considerado deteriorado, a Companhia somente registra a perda no resultado do exercício se houver evidência objetiva de perda como consequência de um ou mais eventos que ocorram após a data inicial de reconhecimento e se o valor da perda puder ser mensurado com confiabilidade. Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Adicionalmente, são provisionados os prêmios cuja vigência do risco de seguro tenha expirado, conforme regras da SUSEP. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da SUSEP. **2.6.2 Títulos disponíveis para venda:** A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por "impairment" registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado. Perdas por "impairment" em instrumentos de capital que são registradas no resultado do exercício não são revertidas em exercícios subsequentes. **2.6.3 Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados e propriedades imobiliárias para investimento, são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment". **2.7 Bens à venda - Salvados:** A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP. **2.8 Custo de aquisição diferido (DAC):** As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. **2.9 Participações societárias:** A Companhia possui investimento em sociedade controlada: Franco Corretagem de Seguros Ltda., avaliada pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. **2.10 Ativo imobilizado de uso próprio:** Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são ativos somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 13. **2.11 Ativo Intangível:** Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão na faixa de 20%. **2.12 Contratos de seguro e contratos de investimentos - classificação:** A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. Os contratos de assistência a segurados, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos. **2.13 Passivos de contratos de seguros:** **2.13.1 Avaliação de passivos originais de contratos de seguro:** Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis. Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir: (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, líquida da parcela do prêmio destinada à recuperação dos custos iniciais de contratação; tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo. (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. (c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão "IBNeR", com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, notadamente triângulos de run-off, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas. (d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração, e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais notadamente pela aplicação de triângulos de run-off, base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução do CNSP. (e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocaáveis e não alocaáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios. As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no

balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuários. **2.13.2 teste de adequação dos passivos (TAP):** Em cada data de balanço é elaborada o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP. Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo. Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP. A Companhia não adotou de forma antecipada a compensação de fluxos conforme permitido por regulação da SUSEP. **2.14 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefício demissional calculados com base no período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados seguindo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido. **2.15 Provisões judiciais e passivos contingentes:** As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais também são atualizados monetariamente. **2.16 Reconhecimento de receitas:** **2.16.1 Prêmio de seguro e resseguro:** As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.13.1(a)). As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). **2.16.2 Receita de juros e dividendos recebidos:** As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. **2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente. **2.18 Imposto de renda e contribuição social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% (vide nota explicativa nº 9.3). Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos. **3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017. **3.1 Avaliação de passivos de seguros:** O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. O valor total dos passivos de contratos de seguro, no circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 1.851.143. **3.2 Cálculo de valor justo e "impairment" de ativos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nessa área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas por "impairment", conforme descrito o item 2.6.1. O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 2.178.529 para os quais existem R\$ 164 de provisão para risco de crédito. **3.3 Avaliação das provisões de processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas:** A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a constituição das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 69.736, para as quais existe R\$ 77.166 em depósitos judiciais. **3.4 Cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 47.232 (ativo) e R\$ 21.845 (passivo). **4. GESTÃO DE RISCOS:** A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o acultamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente. Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum de alto nível na Companhia, denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem por atribuição assessorar a Alta Administração na aprovação de políticas institucionais e limites de exposição a riscos, analisar os riscos relevantes que lhe forem submetidos, assim como validar as ações de mitigação e estratégias para desenvolvimento contínuo dos processos de gestão de risco. A gestão de riscos financeiros, de seguros e

operacionais compreende as seguintes categorias: **4.1 Risco de crédito:** O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por: (a) **Portfólio de Investimentos:** para gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" da contraparte divulgados por agências externas (S&P, Moody's e Fitch). Na ausência de ratings externos, a Administração utiliza o conhecimento e a experiência de mercado para classificar essas contrapartes em seus graus de riscos ("ratings" internos), suportados por um processo de governança para devida avaliação e aprovação destas operações. Em 31 de dezembro de 2017, 76,3% (73,6% em 31 de dezembro de 2016) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired"). (b) **Inadimplência nos prêmios a receber:** é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de seguro da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1. **4.2 Risco de liquidez:** O Risco de Liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Neste contexto, estão estabelecidas regras de prazo máximo de vencimento das operações e "rating" da contraparte. Há, também, a definição de caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2017		Dezembro de 2016	
	Fluxo de ativos (I)	Fluxo de passivos (II)	Fluxo de ativos (I)	Fluxo de passivos (II)
À vista/sem vencimento.....	199.413	-	190.251	-
Fluxo de 1 a 30 dias	325.413	118.905	298.596	123.753
Fluxo de 2 a 6 meses	429.897	780.935	351.099	684.994
Fluxo de 7 a 12 meses	60.016	367.182	241.164	325.273
Fluxo de acima de 1 ano	1.287.145	1.222.533	1.026.938	68.280
Total	2.301.884	1.389.555	2.108.048	1.202.300

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes. (ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalente de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradores. (iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros. **4.3 Risco de mercado:** O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Pós-fixados (SELIC/CDI)	60,5%	55,5%
Inflação (IPCA/IGPM)	28,5%	30,9%
Prefixados	11,0%	13,6%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. Adicionalmente, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade, testes de "stress" e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2017:

Fator de risco	Cenário (I)	Impacto no ativo (II)
	+/- 50 b.p.	14.546
Índices de preços	+/- 25 b.p.	8.247
	+/- 10 b.p.	3.580
	+/- 50 b.p.	2.070
Juros pós-fixados	+/- 25 b.p.	1.725
	+/- 10 b.p.	1.380

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3. (ii) Bruto de efeitos tributários. Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações. **4.4 Risco de subscrição:** O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento. A Companhia emite seguros de automóveis, danos e pessoas. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco: (a) **Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para o produto. (b) **Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.13.2). (c) **Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos. (d) **Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Cada diretoria de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos. As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem: • Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos. • Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores. • Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados. • Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no período vigente. • Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável. Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à Alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível. Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.13.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências. **4.4.1 Automóveis:** A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frota. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores, localizadores em determinados tipos de veículos e gravação



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

da numeração de chassis em diversas partes da carroceria do veículo. A tabela a seguir apresenta a exposição de risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Região Sudeste.....	69,7%	69,6%
Região Sul.....	16,8%	17,6%
Região Nordeste.....	9,5%	8,9%
Região Centro-Oeste.....	2,9%	2,8%
Região Norte.....	1,1%	1,1%

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Despesas administrativas - aumento de 15,0 p.p.....	(70.490)	(16.279)
Sinistros - aumento de 15,0 %.....	(35.744)	(5.228)

4.5 Risco operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal. A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável. Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL: A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 3 anos, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão Corporativa de Risco monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna. A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pela CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de riscos de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 19 (f).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA: Equivalentes de caixa incluem operações compromissadas lastreadas em Letras do Tesouro Nacional (LTNs) e Notas do Tesouro Nacional (NTNs), com vencimentos em até 3 meses.

7. APLICAÇÕES: 7.1 Estimativa de valor justo: 7.1.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado - títulos para negociação (*):

	Dezembro de 2017			Dezembro de 2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	175.354	-	175.354	169.446	-	169.446
Fundos exclusivos						
LFTs.....	551.988	-	551.988	418.080	-	418.080
NTNs - B.....	55.799	-	55.799	48.586	-	48.586
Letras financeiras - privadas.....	-	25.055	25.055	-	32.538	32.538
Debêntures.....	-	17.465	17.465	-	17.260	17.260
NTNs - C.....	12.432	-	12.432	19.102	-	19.102
CDBs.....	-	1.929	1.929	-	9.139	9.139
Outros.....	-	76	76	-	137	137
Total	620.219	44.525	664.744	485.768	59.074	544.842
Carteira própria						
Letras financeiras - privadas.....	-	-	-	-	20.797	20.797
Total	795.573	44.525	840.098	655.214	79.871	735.085

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria: 62% 58%

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.1.2 Títulos disponíveis para venda:

	Dezembro de 2017			Dezembro de 2016		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira própria						
NTNs - B.....	306.168	-	306.168	285.798	-	285.798
LTNs.....	162.773	-	162.773	182.782	-	182.782
NTNs - C.....	40.598	-	40.598	38.691	-	38.691
Debêntures.....	-	12.346	12.346	-	23.340	23.340
Total (i)	509.539	12.346	521.885	507.271	23.340	530.611
Circulante.....	-	-	-	-	4.117	4.117
Não circulante (ii).....	-	-	-	-	517.768	517.768

Percentual das aplicações classificadas nesta categoria: 38% 42%

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em dezembro de 2017 era de R\$ 495.778 (R\$ 528.006 em dezembro de 2016), gerando assim um ganho não realizado registrado em "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido de R\$ 26.107 (R\$ 2.605 em dezembro de 2016), e um efeito de R\$ 23.502 na demonstração de resultado abrangente, bruto dos efeitos tributários. (ii) A diferença para o total das aplicações refere-se aos investimentos avaliados ao custo de aquisição, uma vez que não existem mercados ativos para essas ações no montante de R\$ 496 em dezembro de 2017 (R\$ 523 em dezembro de 2016).

7.2 Movimentação das aplicações financeiras (*)

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Saldo inicial.....	1.352.892	1.226.899
Aplicações.....	1.411.106	1.143.742
Resgates.....	(1.410.310)	(1.190.901)
Rendimento.....	141.610	189.591
Ajuste a valor de mercado.....	(23.502)	(16.439)
Saldo final	1.471.796	1.352.892

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa. 7.2.1 Taxas de juros contratadas: As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Equivalentes de caixa (*).....	6,87	13,63
Fundos exclusivos		
Letras financeiras % CDI.....	106,27	106,89
NTNs B - IPCA.....	5,08	6,08
NTNs C - IGPM.....	5,53	5,90
Carteira própria		
LTNs.....	11,34	13,22
NTNs B - IPCA.....	5,94	6,02
NTNs C - IGPM.....	5,45	5,45
Letras financeiras.....	-	106,00

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS: 8.1 Prêmios a receber:

	Dezembro de 2017		Dezembro de 2016	
	Redução	Prêmios	Redução	Prêmios
	Prêmios a receber de segurados	ao valor recuperável	Prêmios a receber de segurados	ao valor recuperável
Automóveis.....	472.932	(130)	472.802	(349)
Resp. Civil facultativa - RCF.....	144.415	(33)	144.382	(94)
Assistência e outras coberturas - Auto.....	61.794	(1)	61.793	(4)
Demais ramos.....	5.640	-	5.640	-
Total	684.781	(164)	684.617	(447)

8.1.1 Composição quanto aos vencimentos:

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
A vencer.....	660.265	567.028
Vencidos de 1 a 30 dias.....	23.628	18.375
Vencidos 31 a 60 dias.....	606	439
Vencidos 61 a 120 dias.....	214	231
Acima de 121 dias.....	68	373
Total	684.781	586.446
Redução ao valor recuperável.....	(164)	(447)
Total	684.617	585.999

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
8.1.2 Movimentação:		
Saldo inicial.....	585.999	566.801
Prêmios emitidos.....	2.882.413	2.700.005
IOF.....	209.814	196.604
Adicional de fracionamento.....	68.451	72.958
Prêmios cancelados.....	(112.953)	(105.561)
Recebimentos.....	(2.949.390)	(2.844.604)
Provisão para riscos de créditos.....	283	(204)
Saldo final	684.617	585.999

8.1.3 Redução ao valor recuperável:

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Saldo inicial.....	447	244
Provisões constituídas.....	4.326	4.294
Reversão.....	(4.609)	(4.091)
Saldo final	164	447

As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Outras despesas operacionais" da Demonstração do Resultado.

8.1.4 Prazo médio de parcelamento:

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
	1 a 4	78,0%	81,0%
	5 a 10	22,0%	19,0%

9. TRIBUTOS: 9.1 Créditos tributários e previdenciários:

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos (*).....	30.598	28.359
PIS e COFINS diferidos sobre PSL e IBNR.....	16.634	14.938
Total	47.232	43.297

(*) Vide nota explicativa nº 9.2.1

9.2 Tributos diferidos: 9.2.1 Ativo:

	Dezembro de 2016	Const. tuição	Rever. são	Dezembro de 2017
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão Participação Lucros Administradores	-	8.267	(697)	7.570
Redução ao valor recuperável de ativos.....	4.607	1.360	(27)	5.940
Provisão para processos judiciais.....	5.627	619	(2.101)	4.145
Provisão passivas não dedutíveis.....	3.922	961	(1.011)	3.872
Provisão para obrigações legais - COFINS.....	2.518	-	-	2.518
Provisão para obrigações legais - INSS.....	7.573	-	(5.132)	2.441
Provisão fiscal - outras.....	2.259	-	-	2.259
Provisão para obrigações legais - PIS.....	1.853	-	-	1.853
Total	28.359	11.207	(8.968)	30.598

9.2.2 Passivo:

	Dezembro de 2016	Const. tuição	Rever. são	Dezembro de 2017
Natureza				
IR e CS sobre aplicações financeiras.....	1.172	14.779	(4.204)	11.747
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS.....	6.101	1.450	(701)	6.850
Imposto de renda e contribuição social sobre reavaliação de imóveis.....	3.333	-	(85)	3.248
Total	10.606	16.229	(4.990)	21.845

9.2.3 Estimativa de realização - Provisão para obrigações legais: A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2018.....	19.534
2019.....	6.009
2020.....	1.518
2021.....	909
Após 2021.....	2.628
Total - ativo	30.598
Valor presente (*)	27.078

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários. Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido, especialmente para empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, onde a alíquota de contribuição social passará de 20% para 15% em 1/1/2019, conforme Lei nº 13.169/15.

13. IMOBILIZADO

	Saldo residual em dezembro de 2016	Aquisições	Despesas de depreciação	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Terrenos.....	153.271	12	-	153.283	-	-
Edificações (*).....	145.029	154	(3.060)	156.092	(13.969)	142.123
Imóveis de uso.....	298.300	166	(3.060)	309.375	(13.969)	295.406
Informática.....	3.334	1.016	(1.458)	10.367	(7.476)	2.891
Móveis, máq. e utensílios.....	1.476	185	(339)	3.704	(2.382)	1.322
Outras imobilizações.....	310	130	(102)	2.191	(1.898)	293
Bens móveis de uso	5.120	1.331	(46)	(1.899)	16.262	(11.756)
Outras imobilizações.....	603	157	(23)	2.075	(1.451)	624
Total	304.023	1.654	(69)	(5.072)	327.712	(27.176)

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não detinha mais imóveis vinculados como garantias das provisões técnicas de seguros na SUSEP (vide nota explicativa nº 17.2).

14. CONTAS A PAGAR: 14.1 Obrigações a pagar:

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Transações com partes relacionadas (i).....	22.595	21.486
Participação nos lucros a pagar.....	22.075	24.061
Provisão de benefícios a empregados.....	2.075	2.001
Dividendos a pagar.....	1.689	1.407
Serviços de assistência (ii).....	607	31.867
Outras.....	1.763	1.601
Total	50.804	82.423
Circulante.....	48.728	80.422
Não circulante.....	2.076	2.001

(i) Vide nota explicativa nº 29. (ii) A partir de março de 2017 a Companhia passou a comercializar a garantia de vidros como cobertura de seguro.

14.2 Impostos e encargos sociais a recolher:

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
IOF.....	47.152	39.904
INSS e FGTS.....	1.785	1.826
Imposto sobre serviços retidos.....	1.408	1.491
Imposto de renda retido na fonte.....	673	2.598
Outros.....	3.679	3.624
Total	54.697	49.443

15. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS: Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

16. DEPÓSITOS DE TERCEIROS: Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

17. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Bruto de Líquido de resseguro resseguro	1.368.147	1.368.147
Bruto de Líquido de resseguro resseguro	1.235.087	



AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13ª, 16ª ao 20º andares - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17.4 Provisão de sinistros a liquidar - Judicial: A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2017		Dezembro de 2016	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial.....	55.234	53.407	45.462	43.829
Total pago no exercício.....	(31.357)	(31.284)	(23.951)	(23.856)
Novas constituições no exercício.....	3.988	3.988	3.836	3.836
Baixas da provisão por extinto.....	(4.218)	(4.218)	(4.546)	(4.546)
Alteração da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades.....	28.689	29.401	30.980	30.691
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (i) e (ii)	35.732	33.041	3.453	3.453
Saldo final (iii).....	88.068	84.335	55.234	53.407
Quantidade de processos.....	2.541		3.131	

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo. (ii) Em 30 de novembro de 2017, a Companhia providenciou a reavaliação dos processos das ações judiciais de sinistros e a migração para o novo sistema de controle. Em decorrência deste procedimento a Companhia reverteu R\$ 21.879 de IBNeR e passou a constituir atualizações de juros em R\$ 25.810 (líquido de resseguro). (iii) Não incluem saldos de DPVAT.

18. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais (a)	Trabalhistas (c)	Cíveis (d)	Total
	Saldo em 31 de dezembro de 2016.....	78.441	5.374	7.183
Constituições.....	13	991	2.133	3.137
Enc. extinto/reversões.....	(106)	(96)	(4.942)	(5.144)
Pagamentos (*).....	(22.143)	(83)	(1.946)	(24.172)
Atualização monetária.....	4.095	735	87	4.917
Saldo em 31 de dezembro de 2017.....	60.300	6.921	2.515	69.736
Quantidade de processos.....	39	68	85	192

(*) Para contingências fiscais refere-se ao processo do REFIS (vide item (a)(v)). (a) **Provisão para Processos Fiscais:** As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
	REFIS (v).....	10.605
COFINS (i).....	18.473	17.318
PIS (ii).....	9.617	9.113
INSS - autônomos (iii).....	7.542	7.169
Contribuição social - dedutibilidade base imposto (iv).....	5.459	5.087
Outras.....	8.604	8.146
Total.....	60.300	78.441

(i) **COFINS:** Com o advento da Lei nº 9.718/98, as companhias de seguros e de previdência complementar, entre outras, ficaram sujeitas ao recolhimento da COFINS, incidente sobre suas receitas à alíquota de 3%, a partir de fevereiro de 1999, e de 4% depois da promulgação da Lei nº 10.684/03. A Companhia questiona judicialmente essa tributação, bem como a base de cálculo fixada pela Lei nº 9.718/98, que conceitua faturamento como equivalente a receita bruta. Na ação movida pela Companhia, atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Extraordinário nº 400.479 interposto pela Companhia. (ii) **PIS:** A Companhia discute a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais (EC) nºs 01/94, 10/96 e 17/97, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional, e da Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta, independentemente da classificação contábil. Na ação que discute a EC 01/94, aguarda-se julgamento do Recurso Extraordinário nº 427.966 interposto pela União. Na ação que discute a EC 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário Interpostos pela Companhia. Na ação que discute a EC 17/97, estamos aguardando julgamento do agravo de instrumento apresentado. Na ação que discute a Lei nº 9.718/98, atualmente aguarda julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela União, que foi sobrestado até o julgamento do RE nº 400.479 e do Agravo de Instrumento nº 732.247. (iii) **Instituto Nacional da Previdência Social (INSS) autônomos:** Na ação que discute a LC 84/96, e na ação que discute a Lei 9.876/99, movidas pela Companhia, houve adesão ao programa de parcelamento de débito da Lei nº 11.941/09, relativo à discussão da incidência sobre a comissão dos corretores, prosseguindo somente com a discussão em relação ao adicional de 2,5%, que atualmente aguarda o julgamento do Recurso Extraordinário interposto pela sociedade. (iv) **CSLL:** A Sociedade Rio Branco, incorporada pela Companhia, foi autuada pela Secretaria da Receita Federal pelo não recolhimento da CSLL no período de 1992 a 2000. A Companhia discute administrativamente a aplicação desse auto de infração, uma vez que possui decisão transitada em julgado que lhe confere o direito de não recolher a referida contribuição. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Recursos Especiais Interpostos pela União e pela Companhia, em face de decisão que deu parcial provimento ao Recurso Voluntário. (v) **REFIS:** A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal (REFIS) no ano de 2013, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação para desistência das ações. Neste exercício a Companhia efetuou o pagamento (reversão a União) de R\$ 21.003 a título de REFIS proveniente de despacho relativos à contribuição previdenciária, requerendo a suspensão da exigibilidade da referida contribuição incidente sobre as remunerações dos autônomos, empresários e avulsos, nos termos da Lei nº 9.876/99, por entender ser indevido o adicional de 2,5% exigido somente para as instituições financeiras e seguradoras. (b) **Contingências Fiscais e Previdenciárias:** A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e não são reconhecidas contabilmente, quando classificadas como perda possível ou remota. Os valores envolvidos em ações fiscais e previdenciárias de perda possível tem seu risco total estimado em R\$ 6.225 (R\$ 5.661 em dezembro de 2016). A principal refere-se à discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados da Companhia. (c) **Provisão para Processos e Contingências Trabalhistas:** A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses. Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R\$ 6.921 (R\$ 5.375 em dezembro de 2016) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações. (d) **Provisão para Processos e Contingências Cíveis:** A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 24 meses. Adicionalmente às provisões registradas existem outros passivos contingentes, não registradas contabilmente, no montante em riscos de R\$ 22.856 (R\$ 28.817 em dezembro de 2016) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) **Capital social:** Em 31 de dezembro de 2017 o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 486.276, dividido em 1.437 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal. Foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 julho de 2017, o aumento de capital no montante de R\$ 21.199, proveniente de crédito de Juros sobre Capital Próprio distribuído. O referido aumento de capital encontra-se em fase de aprovação pela SUSEP. Foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de novembro de 2017, o grupamento da totalidade das atuais 25.866.978 (vinte e cinco milhões, oitocentas e sessenta e seis mil, novecentas e setenta e oito) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Companhia, na proporção de 18.000 (dezoito mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para 1 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal, de acordo com o artigo 12 da Lei 6.404/76, sem modificação do capital social, visando reduzir custos administrativos e operacionais da Companhia, e melhorar a eficiência dos sistemas de registros, controles e divulgação de informações. (b) **Ajuste de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.1.2). (c) **Reserva de reavaliação:** Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A reavaliação dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no exercício no montante de R\$ 85 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 86 em 31 de dezembro de 2016). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07. (d) **Reservas de lucros:** (i) **Reserva legal:** A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2017, seu saldo era de R\$ 48.243 (R\$ 40.112 em 31 de dezembro de 2016). (ii) **Reserva estatutária:** Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade de patrimônio social ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2017, seu saldo era de R\$ 181.504 (R\$ 175.344 em 31 de dezembro de 2016). (e) **Dividendos e Juros sobre o capital próprio:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da Lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), líquido dos efeitos tributários, é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A administração da Companhia aprovou, nas reuniões do Conselho da Administração realizadas em 31 de março de 2017, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R\$ 48.425 (R\$ 42.307 em 2016), líquidos de imposto de renda. O JCP imputa-se ao valor de dividendos mínimos obrigatórios. Em janeiro, março, abril e agosto de 2017, a Companhia efetuou ainda o pagamento de dividendos intermediários no montante de R\$ 102.515 e em 27 de outubro de 2017 o pagamento do JCP, mediante a utilização de lucros do exercício corrente. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Lucro líquido do exercício.....	162.631	146.782
(-) Reserva legal - 5%.....	(8.131)	(7.339)
Realização da reserva de reavaliação.....	85	86
Lucro básico para determinação do dividendo.....	154.585	139.529
Dividendos mínimos obrigatórios (25%).....	38.646	34.882
JCP distribuído - líquido (*).....	48.425	42.307
Dividendos obrigatórios.....	38.646	-
Dividendos intermediários.....	61.354	63.593
Total de dividendos e JCP.....	148.425	105.900
Total por ação (R\$).....	103.288,10	4,09

(*) No montante de R\$ 48.425 destacados na DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 7.264, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP. (f) **Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e capital mínimo requerido (CMR)**

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Patrimônio líquido.....	754.174	705.735
Participação em sociedades.....	(351)	(387)
Despesas antecipadas.....	(1.919)	(4.619)
Ativos intangíveis.....	(13.571)	(4.763)
Superávit TAP (i).....	7.209	2.635
Patrimônio líquido ajustado (PLA).....	745.542	698.601
Capital-base (i).....	15.000	15.000
Capital de risco de subscrição.....	482.802	617.538
Capital de risco de crédito.....	21.731	25.354
Capital de risco de mercado (ii).....	25.801	10.041
Capital de risco operacional.....	17.912	17.678
Efeito da correlação entre os capitais de risco.....	(29.100)	(19.701)
Total de capital de risco (ii).....	519.146	650.910
Capital mínimo requerido (maior entre I e II).....	519.146	650.910
Suficiência de capital.....	226.396	47.691

(i) A Resolução CNSP nº 343/16 instituiu este e outros ajuste associados à variação dos valores econômicos ao PLA.
(ii) A partir de 31 de dezembro de 2016, de acordo com a Resolução CNSP nº 321/15, fica exigida a constituição de 50% do valor apurado para o capital de risco baseado no risco de mercado e integralmente a partir de 31 de dezembro de 2017.

20. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

	Dezembro de 2017		Dezembro de 2016	
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis.....	1.933.340	1.877.982	56,7	19,1
Responsabilidade Civil Facultativa - RCF.....	559.353	544.801	66,7	17,3
Compreensivo Residencial.....	1.314	1.452	40,9	42,4
DPVAT.....	62.767	62.481	84,5	1,2
Assistência e outras coberturas auto.....	249.887	186.347	82,7	17,9
Demais Ramos.....	598	849	(558,4)	19,3
Total.....	2.807.259	2.673.912	61,0	18,2

	Dezembro de 2017		Dezembro de 2016	
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis.....	1.879.996	1.862.476	59,7	19,7
Responsabilidade Civil Facultativa - RCF.....	548.060	543.042	64,7	17,9
Compreensivo Residencial.....	1.633	1.754	27,4	42,4
DPVAT.....	93.878	93.249	85,7	1,4
Assistência e outras coberturas auto.....	139.412	137.730	95,4	18,8
Demais Ramos.....	652	561	(82,9)	19,3
Total.....	2.663.630	2.638.814	63,4	18,6

21. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2017		Dezembro de 2016	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos.....	(137.097)	(137.097)	(24.917)	(24.917)
Provisão de riscos não expirados.....	4.037	4.037	729	729
Outras provisões.....	(287)	(287)	(628)	(628)
Total.....	(133.347)	(133.347)	(24.816)	(24.816)

22. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
	Sinistros avisados - adm.....	(1.648.618)
Porto Socorro.....	(129.813)	(125.530)
Sinistros avisados - jud.....	(36.705)	(42.150)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(7.559)	(35.226)
Salvados.....	252.642	266.059
Ressarcimentos.....	18.522	17.267
Outras despesas com sinistros.....	(79.761)	(68.341)
Total.....	(1.631.292)	(1.674.056)

23. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Comissões sobre prêmios retidos.....	(465.835)	(458.520)
Outras despesas de comercialização.....	(35.068)	(34.994)
Variação das despesas de comercialização diferidas.....	12.933	2.035
Total.....	(487.970)	(491.479)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12) e as despesas de comercialização não diferidas.

24. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Receitas com operações de seguros.....	9.887	1.484
Receitas - DPVAT.....	1.423	164
Total de outras receitas.....	11.310	1.649
Despesas com serviços de assistência.....	(36.306)	(46.297)
Despesas com administração de apólices e contratos.....	(27.385)	(43.227)
Despesas com sistema de riscos.....	(34.907)	(39.560)
Despesas com cobrança.....	(17.486)	(14.109)
Despesas com encargos sociais.....	(6.551)	(7.406)
Convênio DPVAT.....	(6.769)	(7.256)
Outras.....	(5.218)	(6.772)
Total de outras despesas.....	(134.627)	(164.627)
Outras receitas e despesas operacionais.....	(123.311)	(162.978)

25. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Despesas compartilhadas (*).....	(174.152)	(156.691)
Pessoal e benefícios pós-emprego.....	(50.616)	(51.092)
Serviços de terceiros.....	(25.662)	(24.215)
Localização e funcionamento.....	(21.549)	(20.984)
Convênio DPVAT.....	(4.182)	(3.881)
Donativos e contribuições.....	(2.874)	(3.793)
Publicidade.....	(1.412)	(1.017)
Outras.....	(310)	(111)
Total.....	(280.758)	(261.784)

(*) Referem-se a rateio e repasse de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 29).

26. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
COFINS.....	(46.886)	(46.292)
PIS.....	(7.619)	(7.522)
Outras.....	(3.352)	(4.337)
Total.....	(57.857)	(58.151)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2017	Dezembro de 2016
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação.....	80.241	99.805
Adicional de fracionamento de prêmios.....	68.451	72.958
Juros de títulos disponíveis para a venda.....	61.369	89.786
Variações monetárias dos depósitos judiciais.....	5.019	8.873
Outras.....	5.893	7.344
Total de receitas financeiras.....	220.974	278.766
Operações de seguro.....	(50.441)	(24.558)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo.....	(4.877)	(7.067)
Outras.....	(2.174)	(1.569)
Total de despesas financeiras.....	(57.492)	(33.194)
Resultado financeiro.....	163.482	245.572

28. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS: 28.1 Plano de previdência complementar: Em maio de 2007, a Companhia implantou um plano de previdência complementar para os empregados, na modalidade de contribuição definida, segundo os critérios do CPC 33 - Benefícios aos empregados, e administrado pela Porto Seguro Vida e Previdência, entidade aberta de previd

AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 33.448.150/0001-11
Sede: Avenida Rio Branco, 80 - 13º, 16º ao 20º andares - Centro - CEP 20040-070 - Rio de Janeiro - RJ

→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Composição acionária (*):		Rosag Empreendimentos e Participações S.A.....		Banco Itaú BBA S.A.....	
Azul Companhia de Seguros Gerais	Participação	69,0%	15,8%	Itaú Unibanco S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.....	69,0%	Jayme Brasil Garfinkel.....	0,2%	Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais.....	30,8%	Outros.....	1,8%	Banco Itaúcard S.A.	Participação
Outros.....	0,2%	Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação	Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	Participação	Jayme Brasil Garfinkel.....	32,9%	Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.....	100,0%	Cleusa Campos Garfinkel.....	30,5%	Itaú Unibanco Holding S.A.....	100,0%
Porto Seguro S.A.	Participação	Ana Luiza Campos Garfinkel.....	18,3%	Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.....	70,8%	Bruno Campos Garfinkel.....	18,3%	Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
Ações em circulação.....	29,2%	Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.....	51,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação	Jayme Brasil Garfinkel.....	100,0%	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.....	38,7%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.....	40,1%	Itauseg Participações S.A.	Participação	Outros.....	10,3%
Itauseg Participações S.A.....	23,1%	Banco Itaúcard S.A.....	31,2%		
Itaú Unibanco S.A.....	19,1%	Itaú Unibanco S.A.....	57,8%		

(* Participações nas ações ordinárias.

DIRETORIA

FABIO LUCHETTI Diretor Presidente	ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Vice-Presidente Executivo	CELSO DAMADI Diretor Geral - Financeiro e Controladoria	CLAUDIA DE OLIVEIRA MACHADO MATTEDI Diretora Financeira, de Patrimônio e Suprimentos
FABIO OHARA MORITA Diretor Técnico	JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Geral - Corretores de Seguros e Vendas On-Line	LAURIBERTO TADEU TAVARES Diretor de Sinistro Automóvel e Operacional	LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Geral - Suporte e Governança
	LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES Diretor de Produto - Automóvel	MARCELO BARROSO PICANÇO Diretor Geral - Negócios Financeiros e Investimentos	
BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588		JORGE DE OLIVEIRA JUNIOR - Contador CRC RJ 068029/O-9	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

<p>Aos Administradores e Acionistas Azul Companhia de Seguros Gerais Opinião Examinamos as demonstrações financeiras da Azul Companhia de Seguros Gerais ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Azul Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Outros assuntos O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria com data de 21 de fevereiro de 2017, sem ressalvas. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.</p>	<p>Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p>	<ul style="list-style-type: none"> Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p>
		<p>Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2018</p> <p>pwc PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ</p> <p>Carlos Eduardo Sá da Matta Contador CRC 1SP216397/O-5</p>

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

<p>Aos Administradores e Acionistas Azul Companhia de Seguros Gerais Escopo da Auditoria Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Azul Companhia de Seguros Gerais (Sociedade) em 31 de dezembro de 2017, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. Responsabilidade da Administração A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Responsabilidade dos Atuários Independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios</p>	<p>atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção da Sociedade, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. Opinião Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da Azul Companhia</p>	<p>de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2017, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Outros Assuntos No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.</p>
		<p>São Paulo, 26 de fevereiro de 2018</p> <p>pwc PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda. Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino São Paulo - SP - Brasil 05001-903 CNPJ 02.646.397/0001-19 CIBA 105</p> <p>Carlos Eduardo Silva Teixeira MIBA 729</p>